

ENTREVISTA João Paulo Capobianco

“O governo é pré-histórico na questão ambiental”

O ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente critica o governo Dilma, diz que a legislação está perdendo força e prevê um aumento do desmatamento no Brasil

Ricardo Mendonça

NO INÍCIO DE MARÇO, IMPORTANTES ENTIDADES DA ÁREA AMBIENTAL DIVULGARAM UM documento com duras críticas ao primeiro ano do governo Dilma Rousseff no setor. O Instituto Socioambiental, a Fundação SOS Mata Atlântica e o WWF Brasil, entre outros, classificaram o período como o “maior retrocesso da agenda socioambiental desde o fim da ditadura”. A acusação é endossada pelo biólogo e consultor João Paulo Capobianco, um dos mais respeitados ambientalistas do país. No governo Lula, Capobianco ocupou o segundo cargo mais importante do Ministério do Meio Ambiente, secretário executivo. Saiu com a ministra Marina Silva e participou de sua campanha para a Presidência. Nesta entrevista, ele explica por que avalia tão mal os primeiros atos de Dilma na área.

ÉPOCA - Algumas das principais entidades que atuam com meio ambiente classificaram o primeiro ano do governo Dilma Rousseff como o maior retrocesso desde a ditadura. O senhor concorda?

João Paulo Capobianco - Completamente. A agenda que envolve o meio ambiente e a questão social de minorias, como índios e quilombolas, evolui desde o fim da ditadura. Claro que nem sempre andou como gostaríamos. A Lei da Mata Atlântica demorou 14 anos para ser aprovada. A Lei de Crimes Ambientais demorou 12 anos. Foi um conjunto de avanços sempre muito morosos, mas era uma agenda crescente. Não tivemos retrocessos na legislação. Estamos tendo agora, por iniciativa ou omissão do Executivo. Um exemplo é esse novo Código Florestal.

ÉPOCA - Analistas classificam a aprovação do novo Código Florestal na Câmara como a maior derrota do governo no Congresso até aqui. Se o governo perdeu, como responsabilizá-lo pelo mérito?

Capobianco - O governo tem a maior base de apoio da história democrática. E não operou essa base. Ele opera em tudo o que lhe interessa. Não atuou, não ouviu os alarmes. Quando percebeu que seria criado um problema político, resolveu agir, só que tardiamente. Perdeu. Mas após uma letargia enorme.

ÉPOCA - Que problema político seria esse?

Capobianco - Na campanha, a presidente Dilma Rousseff se comprometeu, de próprio punho, a vetar qualquer dispositivo que implicasse anistia, estímulo ao desmatamento ou redução das áreas de preservação. Quando ficou claro que essa proposta de Código Florestal continha esses elementos, viram que sobraria para ela.

ÉPOCA - Mas o senhor diria que essa letargia foi proposital?

Capobianco - Certamente. Dizer que o governo tem uma visão antiambiental talvez seja muito forte. Mas uma coisa é evidente: a sensibilidade com a questão ambiental é mínima. A omissão é inadmissível. É função do Ministério do Meio Ambiente acompanhar os processos legislativos. Ele não fez isso.

ÉPOCA - E no Senado, como foi a postura do governo?

Capobianco - Ali, sim, o governo agiu de forma antiambiental. O primeiro ato foi permitir a escolha do mesmo relator em três comissões, uma coisa inédita. Quem foi esse relator? O senador Luiz Henrique (PMDB), que, como governador de Santa Catarina, aprovou um código ambiental local que é o



PESSIMISMO
O ambientalista Capobianco, em seu escritório em São Paulo. Ele se diz preocupado com o papel do Brasil na conferência Rio+20, que será realizada em junho

único contrário ao nacional. É mais permissivo, desrespeita frontalmente o nacional e é objeto de uma Ação de Inconstitucionalidade. Então, o governo aceitou Luiz Henrique em três comissões. Era a pessoa mais inadequada.

ÉPOCA - A outra comissão foi para Jorge Viana, do PT do Acre.

Capobianco - Que foi a grande decepção. Esperava-se que ele fizesse um relatório mais correto, mas não fez. Fez um praticamente idêntico ao do senador Luiz Henrique.

ÉPOCA - Qual a diferença entre os textos da Câmara e do Senado?

Capobianco - O do Senado é melhor como peça legal, mas para o meio ambiente é igual. Continua a anistia para quem desmatou, mantém a redução das áreas de preservação permanente, mantém a redução da reserva legal (*que cada propriedade é obrigada a ter*) e estimula novos desmatamentos.

ÉPOCA - Estimula como, objetivamente?

Capobianco - Primeiro pela anistia para quem desmatou. Cria a sensação de impunidade. Também porque reduz o cálculo das áreas de preservação permanente. São áreas extrema-

mente frágeis, protegidas pela legislação desde 1934: topo de morro, mata ciliar, encostas. Hoje, para calcular uma área de preservação na beira de rio, tem de contar a partir da maior cheia sazonal. Na Amazônia, no Pantanal ou na Mata Atlântica, o leito pode ter 12 metros, 15 metros, mas todo ano, na cheia, atinge até 100 metros. Hoje você calcula a área de proteção a partir do limite maior. O novo Código calcula a partir do leito regular. Isso reduz brutalmente as áreas de preservação. Igarapós e igarapés perdem. No Pantanal, será uma tragédia.

ÉPOCA - Qual é a estratégia do governo?

Capobianco - Quando esse projeto foi aprovado no Senado, tentaram passar para a sociedade que havia um consenso. "Resolvemos os absurdos da Câmara", diziam. Ficou provado que isso não era verdade. O texto era tão ruim quanto o da Câmara. Aí o governo montou o que Marina Silva muito bem chamou de "telecatch", aquela luta livre falsa, uma marmelada. Permitiu que o projeto, ao voltar para a Câmara, fosse relatado pelo ruralista Paulo Piau (*PMDB-MG*), autor das piores emendas no início. Em nossa avaliação, o governo estimulou ►

isso. Para quê? É para que ele (*Piau*) modifique o texto novamente para que encha o texto de retrocessos e retorne com as piores coisas que havia antes. Aí o governo entra com tudo, obriga a base a votar o texto do Senado e vende a ideia de que salvou o Código Florestal. Essa foi a jogada. Mas isso foi denunciado, virou um problema.

ÉPOCA - O desmatamento em 2011 foi de 6.238 quilômetros quadrados, o menor da série histórica. Não é uma boa notícia?

Capobianco - Claro que é. A redução do desmatamento foi uma decisão política tomada em 2004 com um plano interministerial. Dizem que caiu com Lula porque houve a queda das commodities, a soja perdeu preço. Sempre digo: é verdade, o governo soube usar um ambiente favorável para apertar as políticas. Foram criados 23 milhões de hectares de unidades de conservação; houve o cancelamento de títulos de milhões de hectares grilados; ação com Exército, Ibama e Polícia Federal; modificação no sistema de monitoramento por satélite, que passou a ser em tempo real. Várias medidas. Agora tem a inércia. Você não aumenta o desmatamento repentinamente. E não reduz repentinamente. O governo é herdeiro desse processo.

ÉPOCA - E o que vai acontecer a partir de agora?

Capobianco - Antes, toda a postura do governo era de preservação, de implantação do Código. Agora, é permitir um novo Código, de redução de proteção, anistia. Eu diria que a tendência é um retorno do desmatamento. A grande vitrine do governo está condenada se esse Código for aprovado.

ÉPOCA - Como o senhor avalia a questão das áreas de proteção?

Capobianco - O governo não criou nenhum hectare, ao contrário. Pela primeira vez reduziu na Amazônia para fazer hidrelétrica no Rio Tapajós. Pode? Sim, mas você compensa com outra área, é comum. Para isso, precisa fazer um projeto de lei no Congresso, onde tem audiência, debate, consulta. Mas o governo fez por medida provisória, é o ápice da loucura. Qual é a urgência de reduzir um parque para o canteiro de uma obra que não foi nem licenciada? Essa história é reveladora da visão do governo. Ele não submete a obra ao licenciamento nem sabe se será aprovada, mas já reduziu o parque. A leitura é que o governo já decidiu que fará a hidrelétrica, o licenciamento é favas contadas, virá de qualquer jeito.

ÉPOCA - A presidente Dilma disse que as pessoas contrárias a hidrelétricas na Amazônia vivem num estado de "fantasia"...

Capobianco - Fantasia é viver num mundo onde você acha que apenas as hidrelétricas responderão à questão energética. Se

ela tivesse dito que a energia eólica nunca será capaz de suprir a demanda crescente, todos nós concordaríamos. Porque não é nem a eólica, nem a solar, nem a hidrelétrica, nem a nuclear, nem a térmica que vão, individualmente, suprir a demanda. Nenhum país tem mais isso. Todos, a começar pela China, passando pelos Estados Unidos e pela Europa inteira, estão investindo pesadamente nas fontes múltiplas. A questão é o conjunto atuando sinergicamente. Na eólica, o Brasil tem potencial enorme. Se usasse tudo, teria mais que toda a energia somada que o Brasil gera hoje. Então, a grande fantasia é dela, achando que vai convencer os líderes que estarão aqui na Rio+20 de que essa tese de dar ênfase só à hidrelétrica é viável. Ela acha que alguém vai acreditar nisso? Todos já abandonaram essa tese.

ÉPOCA - O que podemos esperar do Brasil na Rio+20?

Capobianco - É mais um exemplo da mudança da perspectiva do governo. O país sede tem uma importância enorme: a receptividade, a forma como interage com a pauta, é decisiva para o ambiente favorável. Na Rio 92, o Brasil agiu com competência, apoiou o debate, criou a terra Yanomami, fechou a Serra do Cachimbo, uma série de medidas. Como recebe a Rio+20 agora? Primeiro, o despreparo para a recepção. Segundo, a agenda antiambiental. O que o Brasil fez de relevante na área ambiental nos últimos meses? Terceiro: o que está fazendo em relação à pauta do evento? O responsável pela Rio+20 diz assim: "A questão não é só meio ambiente *stricto sensu*, tem o econômico e o social". Verdade, mas achar que o Bolsa Família é o grande exemplo do Brasil para o mundo nisso? É exemplo social. Mas, do ponto de vista ambiental, é uma relação muito tênue.

ÉPOCA - Em sua opinião, o que o Brasil deveria estar fazendo?

Capobianco - Poderia estar aproveitando suas possibilidades com etanol, por exemplo, para estimular a redução da emissão de carbono. Hoje, o cidadão vai ao posto e, se o preço do álcool não compensa, ele não usa. E o ganho ambiental do álcool, um processo limpo, com vantagens para a economia verde? O governo não tem nem campanha para mostrar isso. Ocorre o contrário: o governo segura o preço da gasolina, numa atitude populista, em detrimento de um de seus grandes ativos na economia verde. É uma concepção pré-1992. É um governo primitivo na percepção da importância estratégica disso tudo. Não adianta ter melhor renda se o ambiente for todo degradado, sem qualidade de vida. A visão do governo é esta: tem de aumentar o consumo. Então o governo é pré-histórico na questão ambiental. É um governo mais para milagre econômico, década de 1970, do que para terceiro milênio. ◆



A TENDÊNCIA É DE
UM AUMENTO
DO DESMATAMENTO.
A GRANDE VITRINE
DO GOVERNO
ESTÁ CONDENADA
SE ESSE CÓDIGO
(FLORESTAL)
FOR APROVADO

